

XIV

Concurso - 1ª Prova → 2ª etapa
31.05.92



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES - E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50 questões.
- II - Assinale somente a alternativa que entender correta.
- III - Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 108/87, em seu artigo 18, § 2º, c/c a Resolução Administrativa nº 10/89, para cada conjunto de três respostas erradas, descontar-se-á o valor de uma resposta certa.
As questões em branco não serão consideradas como respostas erradas para efeito de prejuízo de resposta certa, perdendo o candidato, apenas o valor correspondente.
- IV - Use somente caneta esferográfica azul.
- V - Não rubrique, nem assine a prova.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas

B O A S O R T E !

COMISSÃO DE CONCURSO

MM. Juiz Dr. NICOLAU DOS SANTOS NETO - Presidente

MM. Juiz Dr. GERALDO PASSINI

Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da O.A.B.

MM. Juiz Dr. DELVIO BUFFULIN - Suplente de Juiz

Dr. OSCAR ALVES DE AZEVEDO - Suplente da O.A.B.

COMISSÃO EXAMINADORA

MM. Juiz Dr. JOSÉ HENRIQUE MARCONDES MACHADO

MM. Juiz Dr. FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Dr. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA - Membro da O.A.B.

MM. Juiz Dr. JOÃO CARLOS DE ARAÚJO - Suplente de Juiz

Dr. ROBERTO PACE - Suplente da O.A.B.

Secretária - CLÉLIA CHECCHIA CARVALHO MIRANDA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 - O Tribunal de Contas é órgão que:
 - a) auxilia o Poder Judiciário;
 - ☒ b) auxilia o Poder Legislativo;
 - c) auxilia o Poder Executivo;
 - d) não tem a atribuição de auxiliar qualquer dos poderes mencionados nas alíneas "a", "b" e "c".
- 2 - A lei que se destina à totalidade do Estado Federal e, portanto, a todos se aplicando, denomina-se:
 - ☒ a) lei nacional;
 - b) lei federal;
 - c) lei especial;
 - d) lei complementar.
- 3 - Em nosso sistema constitucional o direito de greve:
 - ☒ a) é assegurado com restrições quanto às atividades essenciais;
 - b) é garantido a todos os trabalhadores exceto aos militares e servidores públicos;
 - c) exclui os servidores públicos que ocupem cargo de direção;
 - d) estende-se aos policiais militares, desde que assegurada a manutenção dos serviços essenciais à comunidade.
- 4 - Disposto sobre os direitos sociais a Constituição:
 - a) estabelece que os trabalhadores avulsos têm os mesmos direitos que os do m^osticos;
 - ☒ b) prevê assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
 - c) proíbe o trabalho insalubre ou perigoso a mulheres;
 - d) considera a indenização por acidente do trabalho como responsabilidade do empregador.
- 5 - Consideradas as disposições constitucionais relativas ao poder normativo da Justiça do Trabalho, conclui-se que:
 - a) compete exclusivamente ao Tribunal Superior do Trabalho editar enunciados de sumula de jurisprudência predominante sobre relações coletivas de trabalho;
 - b) as sentenças normativas não estão sujeitas a quaisquer exigências de forma, nem a qualquer limitação de conteúdo;
 - ☒ c) as sentenças normativas devem respeitar os mínimos de proteção ao trabalho, convencionais ou legais;
 - d) ao poder normativo da Justiça do Trabalho não estão assinalados quaisquer limites.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 6 - Os servidores públicos, que ingressarem mediante concurso público e com mais de dois anos de serviço, têm:
 - a) efetividade, vitaliciedade e inamovibilidade;
 - b) estabilidade, vitaliciedade e inamovibilidade;
 - c) estabilidade, efetividade e vitaliciedade;
 - ☒ d) estabilidade e efetividade.
- 7 - A revogação de um ato administrativo, quando total, como se chama?
 - ☒ a) ab-rogação;
 - b) derrogação;
 - c) invalidação;
 - d) repristinação.
- 8 - Para a obtenção da aposentadoria conta o tempo:
 - a) federal, estadual e municipal;
 - ☒ b) federal, estadual, distrital e municipal;
 - c) depende do tipo de aposentadoria;
 - d) depende da lei em vigor no serviço onde vai se aposentar.

DIREITO PENAL

- 9 - O empregado que subtrai uma ferramenta da empresa durante a jornada de trabalho e é surpreendido com esse objeto na revista pessoal diária, antes da saída, vindo a ser preso em flagrante, comete:
- a) crime consumado;
 - b) contravenção consumada;
 - c) contravenção penal tentada;
 - ☒ d) crime tentado.
- 10 - O perito nomeado pelo juiz que, após prestar compromisso, propositalmente, afirma uma inverdade em seu laudo, comete:
- a) corrupção ativa;
 - ☒ b) falsa perícia, podendo, entretanto, retratar-se antes de proferida a sentença;
 - c) corrupção passiva, caso tenha recebido suborno;
 - d) falsa perícia, não podendo mais retratar-se.

DIREITO DO TRABALHO

- 11 - O empregador "A" deixa de pagar o salário do empregado "B". Ajuizada ação, pleiteando o pagamento em dobro, o empregador não paga o salário em primeira audiência e ainda invoca a existência de força maior por dificuldades financeiras para não pagar o salário. Indicar a alternativa correta:
- a) em sendo caso de força maior, não é devido o salário;
 - ☒ b) o salário é devido de forma simples;
 - c) o salário é devido em dobro porque dificuldade financeira não constitui força maior;
 - d) o salário é devido em dobro porque não efetuou o pagamento em primeira audiência.
- 12 - O empregado ficou afastado por acidente de trabalho durante 4 meses e 20 dias. Pergunta-se se o tempo de afastamento é contado para algum efeito legal. Indicar a alternativa correta:
- a) para efeito de aposentadoria por tempo de serviço;
 - b) para efeito de pagamento de férias e 13º salário, qualquer que seja o prazo de afastamento;
 - ☒ c) para efeito de indenização e estabilidade;
 - d) não se conta o tempo de afastamento, vez que nesse período o contrato estava suspenso.
- 13 - Tendo em conta a diferença conceitual entre trabalho ilícito e trabalho proibido, indicar a alternativa correta:
- a) o trabalho proibido gera a nulidade do contrato;
 - b) o trabalho proibido gera a nulidade do contrato, mas são devidos os consecutórios pena de enriquecimento sem causa do empregador;
 - c) no trabalho proibido o contrato é inexistente e nenhuma responsabilidade gera para as partes envolvidas;
 - ☒ d) no trabalho proibido não gera nenhuma nulidade.
- 14 - O empregador requereu a aposentadoria do seu empregado não optante, com mais de 70 anos de idade, pagando metade da indenização que seria devido se fosse dispensado sem justa causa (art. 477 CLT). Foi novamente contratado e dispensado dois anos após. Tendo em vista a contagem do tempo de serviço, indicar a alternativa correta:
- a) na segunda contratação, conta-se, sempre, o tempo de serviço anterior (Enunciado nº 138 do TST);
 - b) em sendo contratos distintos não se conta, nunca, o tempo de serviço anterior;
 - ☒ c) não se conta o tempo de serviço anterior porque fora indenizado corretamente;
 - d) conta-se o tempo de serviço anterior porque não fora indenizado corretamente.

- 15 - O empregado "A" foi designado, interinamente, para suprir as funções que eram desempenhadas pelo empregado "B" por motivo de aposentadoria deste. Sabendo-se que "B" exercia as funções, ora assumidas por "A", por mais de dois anos, indicar a alternativa correta:
- a) tem direito a perceber o mesmo salário que percebia "B";
 - b) só terá direito ao mesmo salário se provada a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica (art. 461 CLT);
 - c) não terá direito ao mesmo salário, posto que "B" tinha mais de dois anos na função (art. 461, § 1º, CLT);
 - ☒ d) não faz jus ao mesmo salário.
- 16 - Através de contrato por prazo determinado, as partes pactuaram o direito recíproco de rescisão. O trabalhador usou da faculdade. Pergunta-se se é devido aviso prévio em favor do empregador. Indicar a alternativa correta:
- a) não; o aviso prévio só existe nos contratos por prazo indeterminado;
 - ☒ b) devido o aviso prévio em favor do empregador;
 - c) não, porque o empregado usou de faculdade prevista em contrato pelas partes (pacta sunt servanda);
 - d) não, o aviso prévio tem por finalidade dar possibilidade ao empregado para conseguir outro emprego.
- 17 - Trabalhador que fora contratado para tarefas comuns e que em se utilizando das dependências da empresa e de suas instalações desenvolveu invento capaz de racionalizar os trabalhos e aumentar a produção de acondicionamento de óleo vegetal. Indicar a alternativa correta:
- a) o invento pertence ao empregado;
 - b) o invento pertence ao empregado e à empresa em partes iguais e caberá a ambos a exploração;
 - ☒ c) o invento pertence a ambos, em partes iguais, mas a exploração caberá ao empregador;
 - d) o invento pertence ao empregado. Mas caberá à empresa a exploração e que deverá promovê-la no prazo máximo de um ano, pena de reverter para o empregado a plena propriedade do invento.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 18 - Pretende-se rescindir sentença que fora proferida com fundamento em confissão conseguida mediante coação. Indicar a alternativa correta de legitimidade para a propositura da ação:
- ☒ a) do confitente;
 - b) do confitente ou do sucessor a título universal ou singular;
 - c) do confitente, sucessor a título universal ou singular ou herdeiros;
 - d) do confitente, sucessor a título universal ou singular, herdeiros, ou terceiro interessado.
- 19 - Empregado celetista de autarquia estadual, com mais de cinco anos, fora dispensado sem assistência e homologação de que fala o art. 477 da CLT. O trabalhador não reconheceu a quitação. Indicar a alternativa correta:
- a) a quitação, sem as formalidades legais, é de nenhum efeito;
 - b) a quitação é válida porque o empregado tinha menos de 10 anos (art. 500 CLT);
 - ☒ c) a quitação é válida porque o poder público goza de presunção de veracidade;
 - d) o crédito trabalhista é privilegiado e o empregado é hipossuficiente (art. 468 CLT), exigindo a homologação em quitação dos haveres de empregado com mais de um ano de casa.
- 20 - Tem-se como regra geral que os dissídios oriundos das relações entre empregados e empregadores são dirimidos pela Justiça do Trabalho. Trabalhador avulso pretende acionar o tomador de serviços. Indicar a hipótese correta:
- a) da Justiça Comum por não envolver empregado e empregador;
 - b) da Justiça do Trabalho por enquadrar-se na conceituação de "operário ou artífice";
 - ☒ c) a competência da Justiça do Trabalho por determinação legal;
 - d) a competência da Justiça do Trabalho por construção jurisprudencial do STF.

- 21 - A prefeitura de Cubatão fora condenada parcialmente em reclamatória movida por seu ex-empregado. Não recorreu voluntariamente. O reclamante não recorreu voluntariamente, mas ajuizou recurso adesivo ao recurso "ex officio". Indicar a alternativa correta:
- a) não existe recurso a aderir;
 - ☒ b) incabível recurso adesivo, em se cuidando de Poder Público;
 - c) o recurso adesivo é sempre cabível;
 - d) o recurso adesivo neste caso será recebido como recurso voluntário.
- 22 - Um bem gravado de direito real (hipoteca) é penhorado e será levado à praça. Indicar qual a alternativa correta:
- a) o bem gravado com garantia real não pode ser penhorado;
 - b) o bem gravado poderá ser penhorado, mas a importância apurada será do credor com garantia real;
 - ☒ c) o crédito trabalhista terá preferência no valor que vier a ser apurado no preceamento;
 - d) o credor com garantia real poderá adjudicar o bem pelo valor do lance, se igual ou inferior ao seu crédito.
- 23 - A 10ª J.C.J. de São Paulo decretou a reintegração do empregado. A empresa recorreu. Indicar a alternativa correta:
- a) a execução será provisória;
 - b) a execução será definitiva;
 - c) a execução será provisória, mas mediante caução;
 - ☒ d) nenhuma das alternativas.
- 24 - Um bem penhorado foi levado à praça e arrematado. Expedida a carta de arrematação, o "fiel depositário" negou-se a entregar o bem. Indicar a alternativa correta:
- ☒ a) o juízo poderá decretar a prisão do depositário infiel;
 - b) a prisão somente poderá ser decretada por intermédio da ação de depósito face ao devido processo legal;
 - c) o juiz oficiará ao Ministério Público para as providências cabíveis;
 - d) o depositário infiel será autuado em flagrante por crime de desobediência e a parte interessada promoverá a ação de depósito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 25 - Em que consiste o juízo de delibação, do Supremo Tribunal Federal?
- a) ser órgão superior do Poder Judiciário;
 - ☒ b) verificar os requisitos formais antes de homologar sentença estrangeira;
 - c) ter competência exclusiva para o julgamento de ação de inconstitucionalidade por omissão;
 - d) ter competência exclusiva para a extradição de estrangeiros.
- 26 - Quais as consequências de uma citação circunduta?
- a) a chamada de terceiro à lide;
 - b) a revelia e a confissão;
 - c) dar conhecimento aos confinantes em ação demarcatória;
 - ☒ d) tornar nulos todos os atos posteriores.
- 27 - Existe dívida sem responsabilidade? Indicar a alternativa correta.
- ☒ a) nenhuma das alternativas que seguem;
 - b) toda dívida pressupõe responsabilidade;
 - c) aquela contraída por menor de 14 anos;
 - d) aquela contraída por interdito.
- 28 - Tem-se que no curso do processo o juízo teve de resolver questão incidente da qual dependia o julgamento da lide principal. Indicar a alternativa correta:
- a) a questão decidida incidentalmente faz coisa julgada;
 - b) só o "decisum" da sentença que decide o mérito da causa principal faz coisa julgada;
 - ☒ c) a questão incidente fará coisa julgada se o juiz for competente, constituir pressuposto para o deslinde e se a parte requerer;
 - d) não faz coisa julgada porque a decisão incidente não é terminativa do feito.
- 29 - Poderá haver processo sem relação jurídica substancial? Indicar a alternativa correta:
- ☒ a) nas ações declaratórias negativas;
 - b) todo processo é lide e pressupõe relação jurídica substancial;
 - c) nos procedimentos voluntários;
 - d) nas ações constitutivas.

- 30 - Ação rescisória com o escopo de rescindir e obter novo julgamento em acórdão denegatório da segurança por insuficiência de prova. Alega a parte injustiça do julgado e prejuízo eminente. Indicar a alternativa correta:
- a) incabível, porque a rescisória não se presta à análise de prova;
 - b) incabível, porque a rescisória não se presta à análise de prova, prejuízo ou injustiça do julgado;
 - ☒ c) incabível, porque a decisão não fez coisa julgada.
 - d) cabível, porque a má apreciação da prova ofende a literal disposição de lei.
- 31 - O mesmo bem foi arrestado por "A" em 05.01.91 e por "B" em 10.01.91. E o mesmo bem foi penhorado por "C" em 20.05.91. O arresto realizado por "A" foi transformado em penhora em 20.03.91. Tendo em conta o direito de preferência, indicar a alternativa correta:
- a) A B C;
 - b) A C B;
 - ☒ c) A - C;
 - d) A - B.
- 32 - Um credor garantido por hipoteca não renuncia à garantia e nem faz prova de que o bem gravado seja insuficiente para socorrer à dívida. No vencimento a dívida não é paga. O credor, ao invés de promover a execução, requereu a falência da empresa inadimplente. Sabendo-se que a empresa é de "responsabilidade ilimitada" e que seus sócios possuem bens particulares, indicar a alternativa correta:
- a) cabível o pedido de falência vez que a escolha da estratégia processual é do credor;
 - b) incabível o pedido, posto que a execução deverá ser efetuada de forma menos onerosa para o devedor; cuida-se de empresa de responsabilidade "ilimitada" e seus sócios possuem bens disponíveis;
 - c) a falência somente terá cabimento após constituir o devedor em mora com notificação através do Cartório de Títulos e Documentos;
 - ☒ d) nenhuma das alternativas.
- 33 - A decadência poderá ser discutida em ação cautelar? Em caso positivo ou negativo indicar a alternativa correta:
- a) não pode; em se tratando da perda do direito somente será arguível na ação principal (art. 796 CPC);
 - b) não pode, porque em se cuidando de prazo preclusivo (art. 220 CPC), somente na ação principal será possível a sua apreciação;
 - ☒ c) pode e fara coisa julgada em sede cautelar;
 - d) pode, mas a matéria será rediscutida na ação principal para que consiga o efeito da coisa julgada.
- 34 - Distribuída a petição inicial em comarca em que existem inúmeras Varas e não tendo o autor conseguido promover a citação, indique a alternativa correta:
- a) a ação é ato complexo e só se completa com a citação válida;
 - ☒ b) considera-se proposta a ação, bastando que a petição inicial tenha sido distribuída;
 - c) a ação se considera proposta ainda que a citação não seja válida;
 - d) considera-se proposta a ação desde que distribuída e despachada por juiz competente.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 35 - A ratificação pelo Estado-Membro de Convenção da Organização Internacional do Trabalho é ineficaz no plano do ordenamento jurídico interno:
- a) quando a matéria por ela tratada já for objeto de contrato individual de trabalho ou norma coletiva;
 - b) quando os sindicatos profissionais, representados por suas respectivas Confederações, manifestarem-se formalmente em sentido contrário à Convenção;
 - ☒ c) quando afetar condições mais favoráveis aos trabalhadores, decorrentes de lei, sentença, costume ou acordo;
 - d) quando existente, no plano interno, norma legal de teor similar ao da Convenção.

- 36 - As convenções da Organização Internacional do Trabalho de números 95 e 117, ratificadas pelo Brasil no que se referem à proteção do salário, enunciam os seguintes princípios:
- a) salário igual para trabalho igual e salário noturno superior ao diurno;
 - ☒ b) integralidade salarial, com disciplina dos descontos por lei, contrato coletivo ou laudo arbitral, medidas assecuratórias do pagamento integral e pontual, registros do pagamento e ciência dos valores e títulos pelo empregado;
 - c) improrrogabilidade da jornada de trabalho, salvo por motivo justo e acréscimo salarial, proibição de diferenças salariais entre homens e mulheres e proibição do "salário complessivo";
 - d) salário mínimo e salário normativo por categoria profissional.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 37 - O financiamento da Seguridade Social é de responsabilidade:
- a) dos empregadores, empregados e da União Federal;
 - b) dos trabalhadores em geral e dos empregadores;
 - c) da União Federal, dos empregados das empresas privadas e públicas desde que celetistas, e das empresas;
 - ☒ d) de toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais.
- 38 - O arrendatário rural é considerado segurado especial da Previdência Social:
- a) quando tenha no máximo 5 (cinco) empregados a seu serviço;
 - b) quando exerça a atividade autonomamente e sem auxílio de terceiros;
 - ☒ c) quando exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros;
 - d) quando exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar, sem qualquer auxílio de terceiros.

DIREITO CIVIL

- 39 - Na fraude contra credores:
- ☒ a) o ato jurídico é anulável, devendo o credor comprovar o prejuízo que sofreu, o estado de insolvência do devedor e o concerto fraudulento de vontades entre o alienante e o adquirente;
 - b) o ato é nulo, ineficaz "erga omnes" e declarável pelo Juiz ao julgar o concurso de credores;
 - c) ao tempo da alienação, corria contra o alienante demanda capaz de reduzi-lo à insolvência;
 - d) o ato é anulável, relativamente aos credores munidos de título executivo judicial ou extrajudicial.
- 40 - Em nosso direito, o princípio da irretroatividade das leis:
- a) segue a corrente objetivista, estando previsto na Lei de Introdução ao Código Civil;
 - b) segue a corrente subjetivista, dirigindo-se ao juiz e não ao legislador;
 - ☒ c) segue a corrente subjetivista, estando previsto na Lei de Introdução ao Código Civil e na Constituição Federal;
 - d) segue a corrente objetivista, estando previsto na Lei de Introdução ao Código Civil e na Constituição Federal, não se aplicando quando a própria lei dispõe em sentido contrário.
- 41 - Considera-se direito adquirido:
- a) somente aquele cujo início de execução se iniciou sob o império da lei revogada, não podendo, em consequência, ser atingido pela lei nova;
 - b) aquele completamente realizado na vigência da lei revogada;
 - c) o direito líquido e certo, decorrente de cláusula contratual ou de sentença proferida antes da vigência da lei nova, ainda que não transitada em julgado;
 - ☒ d) o direito definitivamente incorporado ao patrimônio de seu titular, embora não exercido, ao tempo de vigência da lei revogada.

- 42 - A teoria da imprevisão, também conhecida como cláusula "rebus sic stantibus", consiste:
- a) na impossibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral da parte, quando inexistente cláusula contratual expressa prevendo tal possibilidade;
 - ⓑ na possibilidade de rescisão de contrato, descumprimento de cláusula ou sua adequação a novas circunstâncias, por excessiva onerosidade, quando alteradas as condições vigorantes no momento da celebração;
 - c) na cláusula expressa, constante dos contratos de execução diferida, segundo a qual nenhum contratante poderá exigir o cumprimento da obrigação do outro, sem antes adimplir a sua;
 - d) na cláusula resolutória expressa, fundada no inadimplemento culposos, caracterizado este pela imprevisão de circunstâncias objetivamente previsíveis.
- 43 - Na obrigação de fazer, cuja prestação não possa ser realizada por terceiro, a expensas do devedor, na recusa deste ao cumprimento, pode o credor:
- a) exigir judicialmente o cumprimento da obrigação, acrescida de correção monetária e juros moratórios;
 - b) executar de imediato o devedor por quantia certa, equivalente à obrigação, convertida em pecunia;
 - c) requerer ordem judicial para o cumprimento, sob pena de desobediência;
 - ⓓ exigir o cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária para o caso de descumprimento da sentença, ou indenização por perdas e danos.
- 44 - São requisitos da solidariedade obrigacional passiva:
- a) a indivisibilidade do objeto, a divisibilidade da prestação, a previsão contratual e a insuficiência patrimonial do primeiro obrigado;
 - b) a indivisibilidade do objeto, a unidade da prestação, a pluralidade de devedores, preferenciais e subsidiários, e a previsão contratual e legal;
 - c) a pluralidade de credores e devedores, a unidade da prestação e a possibilidade de a prestação ser exigida pela totalidade de cada um dos co-devedores;
 - ⓓ a indivisibilidade do objeto, a unidade da prestação, a pluralidade de devedores, a obrigação de cada um dos devedores pela totalidade da prestação e a existência de previsão contratual ou legal.
- 45 - O valor da cláusula penal:
- a) é ilimitado e irredutível pelo juiz, ainda que considerado excessivo;
 - b) pode ser livremente convencionado entre as partes, desde que não contrarie norma de ordem pública;
 - c) pode ser moderado pelo juiz, que exerce poder de revisão dos contratos, por equidade, a importância compatível com o valor da obrigação principal;
 - ⓓ é limitado ao valor da obrigação principal e não pode ser alterado contra a vontade expressa dos convenientes.
- 46 - São requisitos da compensação:
- ⓐ que as obrigações tenham por objeto coisas fungíveis, que as dívidas sejam vencidas, exigíveis e líquidas e que não haja direitos de terceiros sobre as prestações;
 - b) que as obrigações resultem de contrato, que haja liquidez e certeza das obrigações recíprocas e que não tenha havido a propositura de demandas tendo por objeto ambas as obrigações;
 - c) que as dívidas sejam de natureza líquida e certa, ainda que uma das obrigações tenha vencimento futuro;
 - d) que as obrigações tenham por objeto coisas fungíveis, que as dívidas sejam líquidas e certas e que as prestações sejam de idêntico valor.

DIREITO COMERCIAL.

- 47 - A sentença declaratória da falência gera os seguintes efeitos jurídicos, relativamente aos credores:
- (a) vencimento antecipado dos créditos, cessação da fluência dos juros em relação à massa, suspensão da prescrição por obrigações de responsabilidade do falido e atração de todas as ações e execuções ao juízo universal, com exceção das ações e execuções dos credores por títulos não sujeitos a rateio e os que demandarem quantia ilíquida, coisa certa, prestação ou abstenção de fato;
 - b) substituição processual do falido pelo síndico, sujeição do falido às multas moratórias previstas nos contratos por ele celebrados, obrigação de exibição imediata dos livros comerciais aos credores, arrecadação dos bens da massa e lacração do estabelecimento, com o processamento de todas as ações e execuções no juízo universal da falência;
 - c) extinção de todos os processos em andamento nas vias ordinárias, habilitação dos credores, classificação dos créditos, pagamento e instauração pelo Ministério Público de inquérito para apuração de crime falimentar, se for o caso;
 - d) suspensão do cômputo de juros moratórios contra a massa, instauração de concurso universal, arrecadação de bens, avaliação e venda em hasta pública, para pagamento das obrigações, respeitada a ordem de preferência dos créditos.
- 48 - O crédito trabalhista na falência:
- a) deve ser habilitado no prazo legal, sob pena de tornar-se meramente quirografário;
 - (b) tem privilégio absoluto, integralmente;
 - c) é privilegiado quando fundado em sentença proferida pela Justiça do Trabalho e simplesmente quirografário quando reconhecido espontaneamente pelo falido;
 - d) é privilegiado, à exceção de dois terços da indenização, que constituem crédito quirografário.
- 49 - Distingue-se a teoria da "universitas juris" da teoria da "universitas facti", quanto à natureza jurídica do estabelecimento comercial:
- (a) porque ambas consideram o estabelecimento comercial uma universalidade; a primeira uma universalidade de direito, condicionada à vontade da lei, e a segunda uma universalidade de fato, condicionada à vontade do proprietário;
 - b) porque a primeira considera que os elementos componentes do estabelecimento comercial estão ligados por um vínculo jurídico e a segunda entende que esse vínculo é meramente de fato, formando uma universalidade complexa;
 - c) porque a primeira entende que o estabelecimento comercial é dotado de personalidade jurídica, enquanto a segunda o considera apenas um complexo de coisas, garantia comum dos credores;
 - d) porque a primeira entende que o estabelecimento comercial, em última instância, é regulado pela lei, enquanto a segunda o considera regulado exclusivamente pelo contrato social.
- 50 - Os livros comerciais, que preencham os requisitos exigidos por lei:
- (a) fazem prova relativa contra seu autor, podendo o comerciante demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos;
 - b) fazem prova plena contra o seu autor;
 - c) somente fazem prova nas lides entre comerciantes;
 - d) fazem prova plena, em todas as hipóteses, contra e a favor do comerciante.

São Paulo, 31 de maio de 1992. A Comissão.